

Projeto SDS Amazonas: Perspectivas e Desafios

*Jaiarys Capa Bataglin**

Resumo

O desenvolvimento sustentável como alternativa ao modelo hegemônico atual pretende minimizar os efeitos de risco causados pela própria sociedade. O “Fundo Amazônia” consiste em uma colaboração transnacional de diversos atores que pretendem promover o uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia. Este artigo buscou analisar as interferências de atuação do Estado no Sul da Amazônia, por meio do projeto SDS Amazonas, bem como suas relações com o desenvolvimento sustentável das populações beneficiadas. Foi possível analisar as ações já realizadas pelo projeto e, assim, sugerir alternativas às limitações identificadas.

Abstract

Sustainable development as an alternative to the current hegemonic model aims to minimize the effects of risk caused by society itself. The "Amazon Fund" consists of a transnational collaboration of various actors, seeking to promote the sustainable use of forests in the Amazon Biome. This paper aims to analyze the interference of state action in the South in Amazon, through the Amazon SDS project as well as its relations with the sustainable development of the beneficiary populations. It was possible to analyze the actions already taken by the project, and thus suggest alternatives to the limitations identified.

1. Descrição do projeto

O Fundo Amazônia financia, atualmente, projetos que contribuam com a redução do desflorestamento da região. Devido às áreas de intenso desmatamento no Sul do Estado do Amazonas, o Projeto SDS Amazonas, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) e outros atores, teve por objetivo promover ações de reflorestamento nos municípios de Boca do Acre, Apuí, Novo Aripuanã e Lábrea.

Em 23 de novembro de 2010, foi assinado o contrato de concessão de colaboração financeira não reembolsável na ordem de 20 milhões de reais, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O projeto foi aprovado com duração máxima de 36 meses, o que indica que o mesmo se

* Doutoranda em Administração – FEA/USP

encaminha para a sua fase final.

As ações pretendidas pelo Projeto foram classificadas em três principais frentes, de acordo com a SDS (2010), conforme segue o quadro.

Quadro 1: Ações pretendidas pelo Projeto SDS Amazonas.

Ações	Objetivo
Ação 1 (CAR)	O fortalecimento da gestão ambiental por meio da elaboração de normas técnicas para o estabelecimento e a realização do CAR (Cadastro Ambiental Rural) em 1000 propriedades rurais; e a realização do Licenciamento Ambiental da Produção Sustentável nos quatro municípios.
Ação 2 (Regularização Fundiária)	A regularização fundiária em áreas estaduais, nos municípios de Boca do Acre e Novo Aripuanã, tendo como alvo cerca de oitocentos imóveis. Essa regularização consistirá em cadastro, levantamento socioeconômico, vistoria, formalização de processo, concessão de título provisório, demarcação topográfica, georreferenciamento e concessão do título definitivo.
Ação 3 (Reflorestamento das áreas desmatadas)	A recuperação de áreas desmatadas por meio de reflorestamentos com espécies com função econômica e ecológica. Para tanto, serão realizadas oficinas de sensibilização com as sociedades locais, capacitações e assistência técnica por meio de práticas de uso e manejo sustentável de recursos naturais, utilizando unidades demonstrativas em que os produtores poderão observar os métodos de implantação e os resultados dos sistemas agroflorestais (SAFs). Recuperação de 1400 hectares através de SAFs.

Fonte: Elaborado pela autora.

Este trabalho se propôs a analisar o Projeto SDS Amazonas, com foco nos resultados já alcançados e tendo em vista os objetivos inicialmente propostos. Assim, a avaliação se deu com base em sete passos: concepção do projeto; estruturação; execução; avaliação com base em métricas; interface com o BNDES; mensuração da redução do desmatamento; perspectivas futuras da iniciativa.

Para se compreender a realidade do Projeto em maior profundidade, optou-se pela realização de entrevista semi-estruturada e aplicação de questionário, com dois dos principais responsáveis – a Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

2. Descrição da Instituição Proponente - SDS Amazonas

O livro “Amazonas: 10 Anos de Política Pública em Desenvolvimento Sustentável” conta a trajetória de conquistas e desafios da SDS nos últimos dez anos (2003-2013). Dentre as conquistas consideradas, vale mencionar o controle e prevenção do desmatamento, conforme descrito:

“Primeiro Estado a entregar ao MMA o Plano Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento no Amazonas (PPCD-AM), em 2009”.

“Primeiro Projeto Estadual de Reflorestamento, plantio de 1,4 milhão de mudas em 1000 propriedades rurais e emissão de 800 títulos fundiários (2010-2013), parceria Fundo Amzônia (SDS, 2013, p.27)”.

De acordo com livro, a Secretaria do Estado desde a sua criação se empenhou na construção participativa de políticas públicas ambientais, em conciliação com aspectos sociais, econômicos e culturais do Amazonas. Dessa forma, sabe-se que a parceria com o Fundo Amazônia vem de encontro aos objetivos já pretendidos pela Secretaria.

A ideia e concepção do projeto, bem como a sua atuação nos quatro municípios escolhidos, é devido *ao alto índice de desmatamento na região Sul do Amazonas* (SDS Amazonas). A escolha dos municípios se deu a partir do Programa Arco Verde, do Governo Federal, que relatou 43 municípios com alto índice de desmatamento.

Para Cenamo (2001) esta região Sul do Amazonas é importante e estratégica para impedir o avanço do desmatamento na Amazônia, que se deve, em grande parte, à expansão das atividades agropecuárias. O gráfico a seguir (figura 1) demonstra em Km² o desmatamento acumulado na região.

Figura 1 – Desmatamento da região Sul do Amazonas. Fonte: IDESAM, 2011

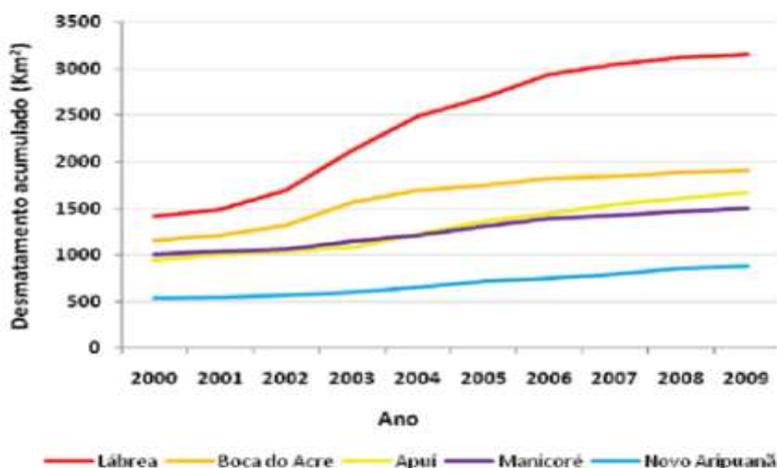


Figura 12. Desmatamento acumulado nos municípios do estado entre 2000 e 2009 (INPE 2010).

Segundo Aleksandra Bianchini – Secretária Executiva Adjunta de Gestão Ambiental da SDS – o Governo através da SDS e em parceria com o Idam, Ipaam e Iteam propuseram o projeto de reflorestamento no Sul do Amazonas com a introdução de sistemas agroflorestais, com a intenção, sobretudo, de se propor políticas voltadas à produção de forma mais sustentável. De acordo com a entrevistada, “a proposta apresentada pelo Governo foi aprovada pelo BNDES, não havendo alterações da proposta”.

Na entrevista realizada com o BNDES, a entrevistada Ana Paula Donato de Aquino, do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia, afirmou:

A intenção do BNDES é garantir que os recursos estejam sendo investidos nos objetivos propostos originalmente e conferir os resultados que estão sendo alcançados. Esse histórico de como o projeto entrou, lá no início, num outro departamento, como foi a negociação e análise, eu realmente não tenho muita informação. Consigo dizer o que mudou no projeto desde a sua aprovação.

Sabe-se que alterações na proposta submetida ao BNDES foram necessárias durante a execução do Projeto. De acordo com o Banco o projeto SDS Amazonas foi um dos primeiros projetos aprovados e financiado pelo Fundo Amazônia. A entrevistada afirmou:

Consideramos como um aprendizado para os procedimentos do Banco. É que durante a execução do Projeto tiveram algumas metas e alguns produtos que foram reavaliados (...). Isso teve muito nesse Projeto, tiveram muitas pequenas mudanças de configuração de equipamento, coisas que são pequenas, mas que acabam gerando uma sobrecarga nessa alteração. Teve esse tipo de questão ao longo do Projeto, mas não faltou informação da SDS pra gente tramitar isso no Banco.

Segundo o BNDES foi um aprendizado para o “Fundo” trabalhar com projeto do Estado, porque há uma dinâmica diferente, até mesmo por questões de licitações, atrasos, controles, cronogramas.

3. Estágio Atual

Dos 1000 produtores beneficiados pelo Projeto, procurou-se saber quais critérios foram utilizados para essa seleção e como foi definida a distribuição entre os municípios. Assim, a SDS afirmou:

A quantidade foi definida devido à área de abrangência, considerando os acessos e principalmente o volume de áreas

desmatadas. Quanto aos produtores os critérios utilizados é que sejam residentes na propriedade rural, que sua renda seja oriunda da própria propriedade, que tenha área inferior a 04 módulos fiscais (até 400 ha).

A escolha das mudas para o plantio nas áreas desmatadas foi, num primeiro momento, a partir da identificação das culturas de maior interesse dos produtores da região. Além disso, a escolha também se deu pela parceria desenvolvida com a Embrapa que, através de pesquisa, informou seis modelos de sistemas agroflorestais que se adaptam na região.

A respeito do tempo de execução e recebimento dos recursos, ambas as instituições informaram haver um cronograma de atividades, conforme descrito a seguir:

SDS - Foi definido cronograma de atividades, na própria carta consulta baseada no desenvolvimento de cada ação. Considerou-se ainda, os passos operacionais tais como a contratação da equipe de ATER, seleção do produtor, a Adesão ao CAR, o preparo da área (mecanização), a produção das mudas, a aquisição dos insumos, o preparo das covas, a distribuição das mudas, o plantio e monitoramento dos SAF's.

BNDES - As liberações têm um cronograma previsto desde o início do projeto, mas elas acontecem somente a partir do cronograma de execução do projeto. No BNDES a gente só libera a próxima parcela depois de comprovada a execução e aplicação de todo o recurso liberado anteriormente.

Todas as atividades previstas no Projeto foram consideradas no cronograma inicialmente estabelecido. Tal cronograma é observado pelo BNDES para liberação dos recursos. Segundo a instituição houve alguns imprevistos na execução das ações, tendo sido, então, necessária algumas alterações no projeto. Para a instituição isso terá um impacto no tempo de execução previsto.

Nesta etapa da análise, previu-se verificar as ações de acordo com as práticas já efetivadas. No relatório de gestão da SDS, a recuperação dos 1400 hectares estava prevista para o ano de 2012. Sendo assim, perguntou-se à secretária sobre o resultado atual desta ação, a qual afirmou: "esta meta foi reestabelecida para 2013, devido ao período agrícola da região, estabelecido em parceria com os produtores selecionados".

Ao perguntar sobre a execução desta mesma ação ao BNDES, houve a seguinte declaração:

Com relação aos projetos de reflorestamento, já estão acontecendo alguns cursos, os produtores também já estão recebendo assistência técnica. Já foi identificada a área de cada propriedade que vai

reflorestar, áreas que tenham as características necessárias. A SDS já conseguiu finalizar as licitações para produção das mudas e para o trabalho de limpeza da terra que vai ser com serviço mecanizado. Essas contratações a SDS já fez e já foi iniciada a plantação das mudas, mas as mudas só serão distribuídas de agosto a setembro, que é a época própria para o plantio.

Essa alteração de execução no reflorestamento das mudas pode ser mais bem compreendida a partir da explicação do BNDES. Foi ressaltado que há uma logística muito complicada para a entrega das mudas e insumos, o que gira em torno de 2 ou 3 meses. As mudas já estão sendo produzidas, as áreas a serem cultivadas já foram determinadas e os produtores já estão sendo capacitados, no entanto, vai um tempo para cultivar a área. Para o Banco “só deve ser concluído esse cultivo lá por novembro”.

4. Avaliação com base em métricas

Foi perguntado à SDS sobre a avaliação das ações em relação aos objetivos do Fundo Amazônia, se estava contribuindo ou não. A SDS afirmou contribuir devido à intensa participação dos produtores e do entendimento de que a recuperação das áreas devastadas trazem mais riquezas que o desmatamento. Para a SDS as principais limitações e desafios da região estão relacionados à logística de acesso, uma vez que a região é distante da capital.

Não houve explicações detalhadas da SDS sobre os resultados já alcançados, nem mesmo houve manifestação com relação ao que falta realizar. Deve-se ressaltar que as descrições detalhadas sobre o andamento do Projeto foram disponibilizadas pelo BNDES.

O quadro abaixo descreve as ações e resultados alcançados, bem como, as falas dos entrevistados que confirmam tais resultados.

Quadro 2: Avaliação das Ações

Ações	Resultado Alcançado	Entrevistas (Depoimentos)
Cadastramento Ambiental Rural (CAR) de 1000 propriedades	Satisfatório Já foram cadastradas as 1000 propriedades	SDS – Com a adesão dos 1.000 produtores a procura para adesão ao CAR tem aumentado. BNDES – Nesse último acompanhamento que a gente foi agora em abril, a primeira ação (CAR) era a que estava mais avançada, já foram realizados os cadastramentos das 1000 propriedades.

Reflorestamento de 1400 hectares	Parcialmente As mudas serão plantadas a partir de agosto	SDS - Esta meta foi reestabelecida para 2013, devido ao período agrícola da região, estabelecido em pareceria com os produtores selecionados.
		BNDES - Com relação aos projetos de reflorestamento, já estão acontecendo alguns cursos, os produtores também já estão recebendo assistência técnica. Já foi identificada a área de cada propriedade que vai reflorestar. Mas as mudas só serão distribuídas de agosto a setembro, que é a época própria para o plantio.
Regularização Fundiária de 800 imóveis rurais	Insatisfatório A atividade ainda não iniciou	BNDES - Essa terceira atividade, a regularização fundiária, é um caminho bem independente dentro do projeto e com isso ela acabou ficando mais deslocada, inclusive no tempo. Eles tiveram alguns problemas para a contratação, então essa é uma atividade que ainda não foi iniciada. É a única que está com zero na execução.

Fonte: Elaborado pela autora.

As ações de reflorestamento podem ser consideradas parcialmente concluídas, pois algumas das atividades já foram iniciadas, tais como: capacitação dos produtores, implantação de Unidades Demonstrativas, produção das mudas, delimitação das áreas a serem cultivadas, e outras relacionadas à aquisição de insumos. No entanto, todas estas atividades se referem ao processo necessário para o “plantio das mudas”, mas ainda não impactam diretamente na redução do desmatamento.

É válido considerar que a proposta inicial e de concepção do Projeto se deu a partir do intenso desmatamento na região Sul do Amazonas. Assim, percebe-se que além de atividades que promovam ações sustentáveis, espera-se, primordialmente, a redução da degradação ambiental por meio do reflorestamento. Ação esta que foi influenciada por algumas variáveis (conforme visto), mas que ainda não apresentou resultados concretos.

A regularização fundiária de 800 propriedades ainda não foi iniciada, devido a problemas com licitações e falta de interessados na concorrência do processo licitatório. Com relação a isso o BNDES afirmou: “É a única que está com zero na execução. A gente ainda não tem uma oficialização de atrasos do projeto, mas possivelmente vai ter algum impacto, um impacto no cronograma do projeto”.

5. Interface com BNDES

A SDS afirmou não ter havido dificuldades com o BNDES. Ao contrário disso, o Banco se fez presente em todos os momentos para diálogo, a fim de dar bom desempenho ao andamento do Projeto. Sobre a prestação de contas, ambas as instituições afirmaram ter tido acesso às informações necessárias e de forma transparente.

O BNDES afirmou ter uma interlocução direta com a Seaga – secretaria interna da SDS – a qual exerce a coordenação executiva do Projeto com demais parceiros – Ipaam, Idam, Iteam. Na visita realizada em abril deste ano, o BNDES pôde verificar os resultados a partir dos relatórios de desempenho encaminhados pela SDS.

Com relação à prestação de contas do BNDES, só é liberada uma nova parcela se comprovado o uso adequado da anterior. Ainda que haja um atraso de execução no cronograma do Projeto, o BNDES não libera os recursos até que as atividades do recurso já desembolsado tenham sido finalizadas.

6. Recomendações para o projeto estudado

Não foi possível mensurar a redução do desmatamento na região Sul do Amazonas, visto que das três ações previstas no Projeto, apenas uma era voltada ao reflorestamento e esta ainda não iniciou as atividades de plantio das mudas. A ação de reflorestamento está em processo de execução, porém a previsão do BNDES para conclusão desta etapa é novembro de 2013. Assim, não foi possível estabelecer índices ou indicadores de desmatamento.

Trata-se de um Projeto complexo se pensado em todas as ações propostas inicialmente e com possibilidades reais de ampliação e de continuação das ações. A complementaridade das ações ao propor o cadastramento rural das áreas junto à regularização fundiária e ainda junto ao reflorestamento das áreas desmatadas através de SAFs e Unidades Demonstrativas, evidenciam a ação multidimensional necessária à sustentabilidade. Tais ações atendem aos desafios dessas comunidades e contribuirão para a maior sustentabilidade da população.

Embora esforços tenham sido empenhados por parte da Secretaria do Estado e outros órgãos, para futura ampliação ou continuação deste projeto, serão necessárias novas parcerias, novos atores, que não exclusivamente do setor público. Sugere-se ampliar o prazo de execução do projeto, para que seja possível a mensuração das ações realizadas e resultados almejados.

7. Referências Bibliográficas

- BECKER, Bertha. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. *In: Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. Brasília (2009). 426 p. (pp. 45-78). Disponível online em http://www.cgee.org.br/publicacoes/amazonia_2009.php>. Acesso em: jun. de 2013.
- BNDES. **Análise socioambiental de projetos**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Políticas_Transversais/Política_Socioambiental/analise_ambiental.htm>. Acesso em: 18 mai. de 2013.
- CENAMO, Mariano Colini. **Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+)**: Estudo de Oportunidades para o Sul do Amazonas/ Mariano Colini Cenamo; Gabriel Cardoso Carrero; Pedro Gandolfo Soares. –vol 1. Manaus, 2011.
- FUNDO DA AMAZÔNIA. **Diretrizes e critérios para a aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2013 e 2014**. Disponível em:<http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/diretrizes_criterios/Diretrizes_e_Criterios_Fundo_Amazonia_14_03_2013.pdf> Acesso em: abril de 2013.
- IDESAM. **Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas**. Disponível em: < <http://www.idesam.org.br/>>. Acesso em: 10 abr. de 2013.
- IPAM. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. **“Redução de emissões de carbono associadas ao desmatamento no Brasil: O papel do Programa áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)**. Brasília, 2008.
- ITEAM. **Instituto de Terras do Amazonas**. Disponível em: < <http://www.iteam.am.gov.br/>>. Acesso em: 03 ago. de 2013.
- MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Pioneirismo e Sustentabilidade na Amazônia**. São Paulo: FEA/USP, 2009-2013. Disponível em:<<http://www.usp.br/mudarfuturo/cms>>. Acesso em: jul. de 2013.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.
- SDS. **Secretaria do Estado e do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas**. Disponível em: < <http://www.sds.am.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai. de 2013.